

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	731.481
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>731.481</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	9.292.734	9.259.959
1.01	Ativo Circulante	1.561.734	1.809.605
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.750	245.227
1.01.03	Contas a Receber	1.498.926	1.518.680
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.498.926	1.518.680
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1.498.926	1.518.680
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.689	40.305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.689	40.305
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.785	4.899
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	584	494
1.01.08.03	Outros	584	494
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	247	215
1.01.08.03.02	Outros Créditos	337	279
1.02	Ativo Não Circulante	7.731.000	7.450.354
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	349.533	298.958
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	17	17
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	298.809	250.388
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	298.809	250.388
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	50.707	48.553
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.067	6.290
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	32.091	30.453
1.02.01.09.05	Instrumento Financeiro Derivativo	12.549	11.810
1.02.02	Investimentos	7.323.407	7.105.352
1.02.02.01	Participações Societárias	7.323.407	7.105.352
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.323.407	7.105.352
1.02.03	Imobilizado	18.046	5.959
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.762	5.959
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	10.284	0
1.02.04	Intangível	40.014	40.085
1.02.04.01	Intangíveis	40.014	40.085

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	9.292.734	9.259.959
2.01	Passivo Circulante	789.625	745.715
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.173	19.742
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.173	19.742
2.01.02	Fornecedores	4.763	4.673
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.763	4.673
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.989	21.460
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	53.812	25.407
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	81	1.913
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	81	1.913
2.01.04.02	Debêntures	53.731	23.494
2.01.05	Outras Obrigações	689.888	674.433
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	679.561	664.886
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	676.202	664.886
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.359	0
2.01.05.02	Outros	10.327	9.547
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.160	4.199
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	5.458	5.348
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	3.709	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.084.844	2.054.733
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.815.077	1.807.914
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198.410	193.740
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	198.410	193.740
2.02.01.02	Debêntures	1.616.667	1.614.174
2.02.02	Outras Obrigações	269.742	246.597
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	261.858	243.112
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	261.858	243.112
2.02.02.02	Outros	7.884	3.485
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	47
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.210	549
2.02.02.02.07	Instrumento financeiro derivativo	0	2.889
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	6.674	0
2.02.04	Provisões	25	222
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25	222
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	25	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.418.265	6.459.511
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.377.934	1.576.405
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.222.709	1.421.180
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-41.246	-198.471
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.439	15.739
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.617	-3.515
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-5.442	-3.271
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-175	-244
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	159	727
3.04.04.01	Alugueis Ativos	159	727
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21	-68
3.04.05.01	Tributárias	-21	-68
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.960	18.595
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-18.439	15.739
3.06	Resultado Financeiro	-22.807	-23.138
3.06.01	Receitas Financeiras	39.548	36.343
3.06.01.01	Receitas Financeiras	39.548	36.343
3.06.02	Despesas Financeiras	-62.355	-59.481
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-57.615	-58.018
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-4.740	-1.463
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-41.246	-7.399
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-41.246	-7.399
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-41.246	-7.399
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,05650	-0,01020

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-41.246	-7.399
4.03	Resultado Abrangente do Período	-41.246	-7.399

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-928	1.525
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-377	1.167
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-41.246	-7.399
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	1	-1
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	6.721	3.139
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	32.283	32.976
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-14.526	-13.742
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	232	0
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	25	69
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	4.108	2.375
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	-935	2.345
6.01.01.18	Equivalência patrimonial	12.960	-18.595
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.268	358
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1.216	-3.224
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	114	3.562
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	287	-94
6.01.02.07	Outros Créditos	-58	-12
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	223	-1
6.01.02.11	Fornecedores	11	-32
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	3.359	5
6.01.02.13	Cauções Contratuais	0	-88
6.01.02.14	Obrigações Sociais	431	2.300
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	-1.501	985
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-222	-70
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-2.592	-2.973
6.01.03	Outros	-1.819	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-1.819	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-238.760	-252.559
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-2.118	-381
6.02.02	Adições ao Intangível	-2.195	-1.778
6.02.05	Adições ao investimentos	-237.499	-250.400
6.02.09	Recebimento de Dividendos	3.052	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.211	-100.493
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	0	-72.400
6.03.04	Pagamentos empréstimo - juros	-4.206	-9.979
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-2.583	-5.114
6.03.10	Captações de empréstimos empresas ligadas	15.000	0
6.03.12	Pagamentos empréstimos empresas ligadas - juros	0	-13.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-231.477	-351.527
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	245.227	468.880
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.750	117.353

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-41.246	0	0	-41.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-41.246	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-41.246	41.246	0	0
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	-41.246	41.246	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.336.688	0	-22.271	6.418.265



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.399	0	-7.399
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.399	0	-7.399
5.07	Saldos Finais	5.047.469	0	1.576.405	-7.399	-22.271	6.594.204

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	159	727
7.01.02	Outras Receitas	159	727
7.01.02.02	Outras	159	727
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.052	-504
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-990	-282
7.02.04	Outros	-62	-222
7.02.04.04	Outros	-62	-222
7.03	Valor Adicionado Bruto	-893	223
7.04	Retenções	-4.108	-2.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.108	-2.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.001	-2.152
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.848	53.475
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.960	18.595
7.06.02	Receitas Financeiras	39.548	36.343
7.06.03	Outros	-4.740	-1.463
7.06.03.04	Outros	-4.740	-1.463
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.847	51.323
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.847	51.323
7.08.01	Pessoal	459	613
7.08.01.01	Remuneração Direta	430	549
7.08.01.02	Benefícios	19	17
7.08.01.03	F.G.T.S.	10	47
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.399	2.261
7.08.02.01	Federais	2.399	2.259
7.08.02.02	Estaduais	0	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.496	37.934
7.08.03.01	Juros	34.274	34.681
7.08.03.02	Aluguéis	0	19
7.08.03.03	Outras	3.222	3.234
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	0	614
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	3.222	2.620
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-41.246	-7.399
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-41.246	-7.399
7.08.05	Outros	17.739	17.914
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	17.739	17.914

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	15.105.355	15.169.456
1.01	Ativo Circulante	1.080.712	1.331.976
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	773.036	1.038.259
1.01.03	Contas a Receber	151.623	141.640
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	151.623	141.640
1.01.03.02.01	Contas a Receber	150.804	140.822
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	819	818
1.01.04	Estoques	18.452	18.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	105.080	97.305
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	105.080	97.305
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.577	17.112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.944	18.905
1.01.08.03	Outros	17.944	18.905
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	2.981	3.469
1.01.08.03.02	Outros Créditos	14.963	15.436
1.02	Ativo Não Circulante	14.024.643	13.837.480
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	796.096	781.157
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	118.075	118.296
1.02.01.01.03	Títulos Designados a Valor Justo	118.075	118.296
1.02.01.03	Contas a Receber	183	241
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	183	241
1.02.01.06	Tributos Diferidos	533.295	514.074
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	533.295	514.074
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	18.326	18.090
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	126.217	130.456
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	80.367	88.193
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	33.301	30.453
1.02.01.09.05	Instrumento Financeiro Derivativo	12.549	11.810
1.02.02	Investimentos	19	19
1.02.02.01	Participações Societárias	19	19
1.02.03	Imobilizado	148.419	54.774
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.416	54.774
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	94.003	0
1.02.04	Intangível	13.080.109	13.001.530
1.02.04.01	Intangíveis	13.080.109	13.001.530

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	15.105.355	15.169.456
2.01	Passivo Circulante	2.143.404	2.165.113
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	77.754	72.956
2.01.01.01	Obrigações Sociais	77.754	72.956
2.01.02	Fornecedores	113.948	179.253
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	113.948	179.253
2.01.03	Obrigações Fiscais	106.010	123.737
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.082.514	1.087.096
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	351.635	359.878
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	351.554	357.965
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	81	1.913
2.01.04.02	Debêntures	730.879	727.218
2.01.05	Outras Obrigações	452.839	411.462
2.01.05.02	Outros	452.839	411.462
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	51.338	47.585
2.01.05.02.06	Cauções Contratuais	99.139	94.694
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	260.872	259.631
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	4.638	4.204
2.01.05.02.10	Contas a pagar com operações de derivativos	5.458	5.348
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	31.394	0
2.01.06	Provisões	310.339	290.609
2.01.06.02	Outras Provisões	310.339	290.609
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	288.139	280.305
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	22.200	10.304
2.02	Passivo Não Circulante	6.544.022	6.546.262
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.043.694	6.101.068
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.389.412	3.456.444
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.191.002	3.262.704
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	198.410	193.740
2.02.01.02	Debêntures	2.654.282	2.644.624
2.02.02	Outras Obrigações	69.563	6.378
2.02.02.02	Outros	69.563	6.378
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	0	732
2.02.02.02.04	Outros	744	1.173
2.02.02.02.05	Fornecedores	0	225
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	5.271	1.359
2.02.02.02.07	Instrumento financeiro derivativo	0	2.889
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	63.548	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.169	15.221
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.169	15.221
2.02.04	Provisões	429.596	423.595
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.872	105.028
2.02.04.02	Outras Provisões	330.724	318.567
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	151.980	134.900
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	178.744	183.667
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.417.929	6.458.081

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.103.848
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	5.103.848	5.103.848
2.03.04	Reservas de Lucros	1.376.504	1.565.645
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.221.279	1.410.420
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-40.152	-189.141
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	937.557	928.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-789.128	-741.782
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-504.074	-503.706
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-285.054	-238.076
3.03	Resultado Bruto	148.429	186.799
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.778	-55.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.619	-56.984
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-46.323	-52.630
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-8.296	-4.354
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	844	1.862
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	-84
3.04.05.01	Tributárias	-3	-84
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.651	131.593
3.06	Resultado Financeiro	-132.509	-129.047
3.06.01	Receitas Financeiras	20.782	12.461
3.06.01.01	Receitas Financeiras	20.782	12.461
3.06.02	Despesas Financeiras	-153.291	-141.508
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-148.550	-140.045
3.06.02.02	Varição Cambial Líquida	-4.741	-1.463
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-37.858	2.546
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.294	-7.613
3.08.01	Corrente	-35.567	-30.238
3.08.02	Diferido	33.273	22.625
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-40.152	-5.067
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-40.152	-5.067
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-40.152	-5.067
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,25910	-0,00700

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-40.152	-5.067
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-40.152	-5.067
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-40.152	-5.067

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	303.286	319.806
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	429.135	441.198
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-40.152	-5.067
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	611	954
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-33.273	-22.625
6.01.01.06	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	2.470	6.636
6.01.01.07	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.671	-1.584
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	80.511	65.722
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	66.453	57.362
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de mútuos	-10.263	-9.274
6.01.01.11	Despesa / (receitas) Financeira (valor presente)	12.251	9.188
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.234	2.568
6.01.01.13	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	114.656	87.815
6.01.01.14	Depreciações e Amortizações	236.243	245.200
6.01.01.15	Perda / (ganho) operação Swap	-935	2.345
6.01.01.17	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	1.958
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-114.330	-121.392
6.01.02.01	Contas a Receber	-9.982	-5.785
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-1	1
6.01.02.03	Estoques	303	154
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	2.299	7.317
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-9.698	-5.879
6.01.02.06	Pagamento de juros	-78.264	-92.780
6.01.02.07	Outros Créditos	473	-7.053
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-31.841	-30.638
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	1.190	2.137
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	58	0
6.01.02.11	Fornecedores	-13.903	4.529
6.01.02.12	Contas a pagar - partes relacionadas	-4.131	-3.237
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-1.765	1.472
6.01.02.14	Obrigações Sociais	4.798	8.409
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	29.846	24.930
6.01.02.18	Credores pela Concessão/ Taxa de fiscalização	702	59
6.01.02.19	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-8.390	-6.916
6.01.02.20	Outras contas a pagar	3.976	-18.112
6.01.03	Outros	-11.519	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-11.519	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-420.431	-393.979
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-3.669	-6.024
6.02.02	Adições ao Intangível	-417.887	-384.625
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-3.604	-7.965
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	4.729	4.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-148.078	44.001
6.03.01	Risco sacado	-12.892	-9.130



**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
6.03.02	Captações de empréstimos	0	268.987
6.03.03	Pagamentos empréstimo - principal	-78.965	-143.578
6.03.06	Instrumento financeiro derivativo - pagamento	-2.583	-5.114
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-51.409	-50.000
6.03.19	Pagamento de credores pela concessão	-2.229	-17.164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-265.223	-30.172
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.038.259	698.941
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	773.036	668.769

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.103.848	0	1.376.504	0	-22.271	6.458.081	0	6.458.081
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.103.848	0	1.376.504	0	-22.271	6.458.081	0	6.458.081
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-40.152	0	-40.152	0	-40.152
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-40.152	0	-40.152	0	-40.152
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.376.504	-40.152	-22.271	6.417.929	0	6.417.929

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.067	0	-5.067	0	-5.067
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.067	0	-5.067	0	-5.067
5.07	Saldos Finais	5.047.469	0	1.565.645	-5.067	-22.271	6.585.776	0	6.585.776

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018</b>
7.01	Receitas	995.713	996.647
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	699.772	747.004
7.01.02	Outras Receitas	295.941	249.643
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	285.054	238.076
7.01.02.02	Outras	10.887	11.567
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-539.329	-479.936
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.317	-81.072
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.233	-34.038
7.02.04	Outros	-434.779	-364.826
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-285.054	-238.076
7.02.04.02	Custo da Concessão	-26.104	-27.109
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-114.656	-87.815
7.02.04.04	Outros	-8.965	-11.826
7.03	Valor Adicionado Bruto	456.384	516.711
7.04	Retenções	-236.243	-245.200
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-236.243	-245.200
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	220.141	271.511
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.779	31.450
7.06.02	Receitas Financeiras	20.782	12.461
7.06.03	Outros	16.997	18.989
7.06.03.03	Juros capitalizados	21.738	20.452
7.06.03.04	Outros	-4.741	-1.463
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	257.920	302.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	257.920	302.961
7.08.01	Pessoal	68.462	69.829
7.08.01.01	Remuneração Direta	52.780	54.231
7.08.01.02	Benefícios	11.561	11.601
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.121	3.997
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.491	78.422
7.08.02.01	Federais	17.856	40.392
7.08.02.02	Estaduais	13	39
7.08.02.03	Municipais	35.622	37.991
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	176.119	159.777
7.08.03.01	Juros	142.232	121.653
7.08.03.02	Aluguéis	300	3.440
7.08.03.03	Outras	33.587	34.684
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	7.567	7.691
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debentures	3.908	3.487
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	0	614
7.08.03.03.04	Outras - Despesas financeiras	22.112	22.892
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-40.152	-5.067
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-40.152	-5.067
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	-10.263	-9.274
7.08.05.02	Juros capitalizados sobre Mútuos	10.263	9.274

## Comentário do Desempenho

### DESTAQUES 1T19

- ▮ **Tráfego Pedagiado:** Totalizou 163,1 milhões de veículos equivalentes, uma redução de 3,1% em comparação ao 1T18 principalmente devido a suspensão da cobrança dos eixos suspensos e ao término da Vianorte. Excluindo-se esses efeitos, haveria ocorrido um aumento de 3,7%,
- ▮ **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 699,8 milhões no trimestre, queda de 6,3% em relação ao 1T18. A receita de pedágio foi diretamente impactada pela suspensão da cobrança de eixos suspensos, que será reequilibrada pela ARTESP, e pela finalização da concessão da Vianorte em maio/18. Excluindo-se os efeitos, haveria havido um aumento de 8,4%
- ▮ **Cobrança Pedágio:** A concessão Via Paulista teve o início da cobrança de pedágio autorizado em três das suas cinco praças no dia 25 de janeiro (Cel Macedo, Boa Esperança do Sul e Jaú).
- ▮ **Endividamento:** A Arteris apresentou uma dívida líquida de R\$ 6,2 bilhões ao final do 1T19, um aumento de 3,3% em relação ao 4T18.
- ▮ **Investimentos:** A Arteris investiu em obras de melhoria e manutenção um total de R\$ 421,6 milhões no 1T19.
- ▮ **Regulatório:** Extensão de prazo de vencimento final do contrato de concessão da Autovias S.A. em 68 dias.

### Tráfego

No 1T19, o tráfego pedagiado totalizou 163,1 milhões de veículos equivalentes, uma redução de 3,1% em comparação ao 1T18, quando totalizou 168,4 milhões. A suspensão da cobrança dos eixos suspensos e o término da concessão da Vianorte impactaram diretamente o número de eixos equivalentes computados no período. Excluindo-se esses dois efeitos, haveria ocorrido um aumento de 3,7%, em linha com o início da retomada do ambiente econômico. Corrobora com esse fato, o aumento médio de 2,2% observado nas Concessões Federais (Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul) na comparação com o 1T18.

### Receitas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS						
(Em milhares de reais)						
	1T19	4T18	1T18	Var%	1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>994.869</b>	<b>1.089.869</b>	<b>994.785</b>		<b>-8,7%</b>	<b>0,0%</b>
Receitas de pedágio	699.772	701.583	747.004		-0,3%	-6,3%
Outras receitas	10.043	10.350	9.705		-3,0%	3,5%
Receitas de obras	285.054	377.936	238.076		-24,6%	19,7%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-57.312</b>	<b>-62.960</b>	<b>-66.204</b>		<b>-9,0%</b>	<b>-13,4%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>937.557</b>	<b>1.026.909</b>	<b>928.581</b>		<b>-8,7%</b>	<b>1,0%</b>

### Receita de Pedágio

No 1T19, a **receita de pedágio** registrou uma redução de 6,3% em relação ao 1T18, passando de R\$747,0 milhões para R\$699,8 milhões. Essa queda registrada se deve basicamente à suspensão da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados sem carga para as concessionárias estaduais, o qual deverá ser integralmente reequilibrado, e ao término do contrato de concessão da Vianorte no mês de maio de 2018. Por outro lado, o início da cobrança de pedágio em 3 praças na ViaPaulista e os reajustes de tarifas obtidos nas concessionárias federais superiores à inflação amenizaram a redução observada.

## Comentário do Desempenho

Em bases comparáveis (excluindo-se a Vianorte da base e estornando o efeito dos eixos suspensos), a receita de pedágio apresentaria um aumento de 8,4%, passando de R\$ 662,2 milhões para R\$ 717,9 milhões

### Receita de Obras

As Receitas de obras totalizaram R\$ 285,0 milhões no 1T19 (crescimento de 19,7% comparado com o 1T18). Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa dos investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente, praticamente toda ela está relacionada às concessões federais.

### Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. No 1T19 essas receitas registraram um montante de **R\$ 10,0 milhões**, aumento de 3,5% na comparação com o 1T18.

### Custos e Despesas

Os **custos e despesas totais**, que incluem inclusive todos os itens não caixa, tais como custos de construção, provisões, depreciações e amortizações — totalizaram R\$ 842,9 milhões no 1T19, um aumento de 5,8% em relação ao 1T18, quando totalizou R\$ 796,9, explicado pelo aumento nos custos dos serviços de construção em função dos investimentos realizados na ViaPaulista e no aumento dos custos de provisão para manutenção que derivam do grande volume de obras entregues nos últimos anos.

Considerando-se apenas os custos e despesas com efeito caixa, **houve uma redução de 8,4%**, passando de R\$ 225,9 milhões no 1T18 para R\$ 206,9 milhões no 1T19, já se levando em conta a operação da Via Paulista, demonstrando a atuação do management e das concessionárias na otimização dos gastos, proporcionando uma redução significativa nessa linha. Levando em conta a saída da Vianorte do portfólio, em bases comparáveis, **ainda assim haveria uma redução nos custos e despesas com efeito caixa de 1,1%**.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** totalizou R\$ 330,9 milhões no 1T19, uma redução de 12,2% em relação ao 1T18 principalmente devido ao aumento na linha de provisão para manutenção. Por outro lado, o **EBITDA Ajustado**, que expurga o efeito da provisão para manutenção de rodovias, (provisão IFRIC sem efeito caixa) registrou R\$ 445,6 milhões no 1T19, o que representa uma redução de 4,1% comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa redução é explicada principalmente devido ao término do prazo de concessão da Vianorte e da suspensão da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados sem carga para as concessionárias estaduais a partir de 30 de maio de 2018, ainda pendente de reequilíbrio econômico-financeiro. A cobrança dos eixos suspensos teria gerado um EBITDA adicional de R\$ 16,5 milhões, portanto, expurgando-se os efeitos do eixo suspenso no trimestre, o EBITDA Ajustado não teria sofrido praticamente nenhuma variação, com redução de 0,5%.

	EBITDA					
	(Em milhares de reais)					
	1T19	4T18	1T18	Var%	1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>937.557</b>	<b>1.026.909</b>	<b>928.581</b>		<b>-8,7%</b>	<b>1,0%</b>
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	-606.663	-728.727	-551.788		-16,8%	9,9%
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>330.894</b>	<b>298.182</b>	<b>376.793</b>		<b>11,0%</b>	<b>-12,2%</b>
Margem EBITDA*	50,7%	45,9%	54,6%		4,8 p.p.	-3,9 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	114.656	114.272	87.815		0,3%	30,6%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>445.550</b>	<b>412.454</b>	<b>464.608</b>		<b>8,0%</b>	<b>-4,1%</b>
Margem EBITDA Ajustada*	68,3%	63,6%	67,3%		4,7 p.p.	1,0 p.p.

\* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

## Comentário do Desempenho

<sup>1</sup> EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

<sup>2</sup> Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

### Resultado Financeiro

O **resultado financeiro líquido** registrou um resultado negativo de R\$ 132,5 milhões, um aumento de 2,7% em comparação ao 1T18, quando registrou um resultado negativo de R\$ 129,0 milhões em função das seguintes variações:

- As **Receitas Financeiras** totalizaram **R\$20,8 milhões** no 1T19, o que representa um aumento de **66,7%** em relação ao 1T18, quando totalizou R\$ 12,5 milhões. Esse efeito decorre principalmente de um maior volume de aplicações financeiras no período;
- As **Despesas Financeiras** registraram um aumento de **6,1%** em relação ao 1T18 ficando em **R\$ 148,6 milhões**, explicado principalmente pelo aumento nos encargos financeiros em função de um maior endividamento bruto.

### Lucro Líquido

A Arteris registrou prejuízo de **R\$ 40,2 milhões** no 1T19 ante ao prejuízo de R\$ 5,1 milhões apresentado no 1T18.

Apesar do prejuízo apresentado no trimestre, esse resultado decorre basicamente de efeitos não caixa, uma vez que decorre em sua grande parte da necessidade contábil de se provisionar as intervenções IFRIC e da amortização do intangível, que é amortizado linearmente pelo prazo restante de concessão. Isso decorre da grande quantidade de obras entregues, aumentando o montante do intangível da Companhia. E também do efeito da suspensão da cobrança dos eixos suspensos e da saída da Vianorte.

### Endividamento

Em 31 de março de 2019, a **dívida bruta** da Companhia totalizou **R\$ 7,1 bilhões**, redução de 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2018 conforme demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento (Em milhares de reais)	1T19	4T18	1T18	Var%	1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
<b>Dívida Bruta</b>	<b>7.131.666</b>	<b>7.196.401</b>	<b>6.187.118</b>		<b>-0,9%</b>	<b>15,3%</b>
Curto Prazo	1.087.972	1.092.444	1.016.604		-0,4%	7,0%
Longo Prazo	6.043.694	6.103.957	5.170.514		-1,0%	16,9%
<b>Posição de Caixa</b>	<b>891.111</b>	<b>1.156.555</b>	<b>776.145</b>		<b>-23,0%</b>	<b>14,8%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	773.036	1.038.259	668.769		-25,5%	15,6%
Aplicações financeiras vinculadas <sup>1</sup>	118.075	118.296	107.376		-0,2%	10,0%
<b>Instrumento Financeiro Derivativo</b>	<b>12.549</b>	<b>11.810</b>	<b>4.631</b>		<b>6,3%</b>	<b>171,0%</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>6.228.006</b>	<b>6.028.036</b>	<b>5.406.342</b>		<b>3,3%</b>	<b>15,2%</b>

### Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T19, o montante pago foi de R\$ 2,2 milhões, uma redução de 87,0% comparado com o 1T18, explicada pelo término do prazo de concessão da Vianorte, pelo pagamento no mês de maio de 2018 da última parcela do ônus fixo da concessionária Centrovias e pelo pagamento da última parcela da concessionária Autovias no mês de agosto de 2018.

### Investimentos e Manutenção de Rodovias

## Comentário do Desempenho

O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 1T19 foi de **R\$ 421,6 milhões**. Deste total, R\$ 312,6 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) e R\$ 109,0 milhões corresponderam à manutenção realizada nas rodovias do grupo, sendo R\$ 28,6 milhões nas estaduais e R\$ 80,4 milhões nas federais.

### Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.



## Notas Explicativas

### ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade ou Controladora") é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 31 de março de 2019 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou através de consórcios e/ou através de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Sociedade, através de suas controladas, principalmente as concessionárias estaduais, possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócio.

A Sociedade e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2019 o ativo circulante supera o passivo circulante em R\$772.109 (R\$1.063.890 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$1.062.692 (R\$833.137 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado.

A geração de caixa, somada a capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo, é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita de suas controladas no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego

## Notas Explicativas

pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários em suas concessionárias e através da própria Sociedade, a Administração acredita que a Sociedade e suas controladas possuem condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

### 2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2019, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

#### Concessionárias estaduais

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2019					Total
	Autovias Previsão de 2019	Centrovias Previsão de 2019	Intervias Previsão de 2019 a 2028	Vianorte Previsão de 2019	ViaPaulista Previsão de 2019 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	8.925	4.847	140.721	-	3.761.142	3.915.635
Conserva especial	25.809	20.030	44.547	989	1.747.894	1.839.269
	<u>34.734</u>	<u>24.877</u>	<u>185.268</u>	<u>989</u>	<u>5.509.036</u>	<u>5.754.904</u>

  

Natureza dos custos	31.12.2018					Total
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	14.039	11.170	201.605	412	3.706.978	3.934.204
Conserva especial	37.543	21.126	53.804	1.227	1.708.341	1.822.041
	<u>51.582</u>	<u>32.296</u>	<u>255.409</u>	<u>1.639</u>	<u>5.415.319</u>	<u>5.756.245</u>

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$120.054, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

#### Concessionárias Federais

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

## Notas Explicativas

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	6.424	89.401
Fluminense	2.665	37.088
Fernão Dias	7.916	110.164
Régis Bittencourt	8.436	117.401
Litoral Sul	6.424	89.401
	<u>31.865</u>	<u>443.455</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2019					
	Previsão de 2019 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	88.812	742.247	372.894	583.156	261.112	2.048.221
Recuperações/Manutenções	269.406	333.281	744.558	528.747	522.126	2.398.118
	<u>358.218</u>	<u>1.075.528</u>	<u>1.117.452</u>	<u>1.111.903</u>	<u>783.238</u>	<u>4.446.339</u>

  

Natureza dos custos	31.12.2018					
	Previsão de 2018 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	91.716	719.977	361.608	562.651	247.504	1.983.456
Recuperações/Manutenções	265.277	333.467	726.379	505.596	487.446	2.318.165
	<u>356.993</u>	<u>1.053.444</u>	<u>1.087.987</u>	<u>1.068.247</u>	<u>734.950</u>	<u>4.301.621</u>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$3.230.067, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de

## Notas Explicativas

dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

#### Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

#### Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

## Notas Explicativas

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

### Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

#### Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

#### Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

## Notas Explicativas

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Controladora		
	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
<b>Ativo</b>			
Circulante	1.561.734	-	1.561.734
Não circulante	7.720.716	10.284	7.731.000
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	-	-	-
<i>Direito de uso - IFRS 16</i>	-	<b>10.284</b>	<b>10.284</b>
	<u>9.282.450</u>	<u>10.284</u>	<u>9.292.734</u>
<b>Passivo</b>			
Circulante	785.916	3.709	789.625
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>3.709</b>	<b>3.709</b>
Não circulante	2.078.170	6.674	2.084.844
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>6.674</b>	<b>6.674</b>
Patrimônio líquido	6.418.364	(99)	6.418.265
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>(99)</b>	<b>(99)</b>
	<u>9.282.450</u>	<u>10.284</u>	<u>9.292.734</u>
<b>Consolidado</b>			
	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
<b>Ativo</b>			
Circulante	1.080.712	-	1.080.712
Não circulante	13.930.321	94.322	14.024.643
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	532.976	<b>319</b>	533.295
<i>Direito de uso - IFRS 16</i>	-	<b>94.003</b>	<b>94.003</b>
	<u>15.011.033</u>	<u>94.322</u>	<u>15.105.355</u>
<b>Passivo</b>			
Circulante	2.112.010	31.394	2.143.404
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>31.394</b>	<b>31.394</b>
Não circulante	6.480.474	63.548	6.544.022
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>63.548</b>	<b>63.548</b>
Patrimônio líquido	6.418.549	(620)	6.417.929
<i>Arrendamento mercantil a pagar – IFRS 16</i>	-	<b>(620)</b>	<b>(620)</b>
	<u>15.011.033</u>	<u>94.322</u>	<u>15.105.355</u>

## Notas Explicativas

### ii) Impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração do resultado:

	Controladora		
	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
Demonstrações do resultado			
Receita operacional líquida	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-
Equivalência patrimonial	(12.960)	-	(12.960)
Resultado bruto	(12.960)	-	(12.960)
Despesas gerais e administrativas	(5.771)	133	(5.638)
Outras receitas operacionais, líquidas	159	-	159
Resultado antes do resultado financeiro	(18.572)	133	(18.439)
Receitas financeiras	39.548	-	39.548
Despesas financeiras	(62.123)	(232)	(62.355)
Resultado antes dos impostos	(41.147)	(99)	(41.246)
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido	-	-	-
Resultado do período	(41.147)	(99)	(41.246)
	Consolidado		
	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
Demonstrações do resultado			
Receita operacional líquida	937.557	-	937.557
Custo dos serviços prestados	(790.101)	973	(789.128)
Resultado bruto	147.456	973	148.429
Despesas gerais e administrativas	(54.755)	133	(54.622)
Outras receitas operacionais, líquidas	844	-	844
Resultado antes do resultado financeiro	93.545	1.106	94.651
Receitas financeiras	20.782	-	20.782
Despesas financeiras	(151.246)	(2.045)	(153.291)
Resultado antes dos impostos	(36.919)	(939)	(37.858)
Imposto corrente	(35.567)	-	(35.567)
Imposto diferido	32.954	319	33.273
Resultado do período	(39.532)	(620)	(40.152)

### ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

## Notas Explicativas

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias	439	455	25.388	24.267
Aplicações financeiras (*)	13.311	244.772	747.648	1.013.992
Total	13.750	245.227	773.036	1.038.259

(\*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018), tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional (NTN - over), são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade e suas controladas.

### 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31.03.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	130.488	-	125.393	-
Cupons de pedágio a receber	5.677	-	4.526	-
Cartões de pedágio a receber	2.646	-	1.337	-
Receitas acessórias a receber	10.531	-	8.580	-
Outras receitas a receber	1.462	183	986	241
Total	150.804	183	140.822	241

(\*) Conforme nota explicativa nº 28 c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.



## Notas Explicativas

### 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
IRRF (a)	37.355	36.437	68.243	72.215
CSLL	-	-	3.307	3.499
PIS	352	323	491	461
COFINS	1.620	1.489	2.221	1.744
Fundo de garantia do tempo de serviço a ICMS a recuperar	-	-	-	-
Instituto nacional do seguro social (INSS)	233	233	356	356
ISSQN	25	25	1.160	1.121
Saldo negativo (b)	35.002	31.051	60.064	46.078
Outros	1.193	1.200	2.539	2.284
<b>Total</b>	<b>75.780</b>	<b>70.758</b>	<b>138.381</b>	<b>127.758</b>
Total do circulante	43.689	40.305	105.080	97.305
Total do não circulante	32.091	30.453	33.301	30.453
	<b>75.780</b>	<b>70.758</b>	<b>138.381</b>	<b>127.758</b>

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, referente ao ano calendário de 2018, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.

(b) Saldo negativo referente a apurações trimestrais de 2018 e ao ano calendário de 2017 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. As variações referem-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31 de dezembro de 2017 e dos trimestres de 2018.

### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.246)	(7.399)	(37.858)	2.546
Aliquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	14.024	2.516	12.872	(866)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	(4.406)	6.322	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.205)	(2.015)	(587)	(215)
Outras diferenças permanentes	561	(831)	1.290	(540)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Varição cambial	(2.750)	(2.440)	(2.750)	(2.440)
Instrumento derivativo	(318)	797	(318)	797
<b>Total</b>	<b>4.906</b>	<b>4.349</b>	<b>10.507</b>	<b>(3.264)</b>
Impostos diferidos não constituídos	(4.906)	4.349	(12.801)	4.349
Despesa contabilizada	-	-	(2.294)	(7.613)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	(35.567)	(30.238)
Diferido	-	-	33.273	22.625
	-	-	(2.294)	(7.613)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora e das Controladas Planalto Sul, Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma

## Notas Explicativas

contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido, este valor está acumulado em 31 de março de 2019 em R\$48.235.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
<b>Diferenças temporárias ativas</b>						
Prejuízo fiscal (a)	1.297.844	1.245.499	143.557	120.496	1.441.401	1.365.995
Provisão de participação nos lucros	19.820	16.297	2.793	2.249	22.613	18.546
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	90.748	95.989	7.174	7.788	97.922	103.777
Outras provisões	3.918	4.500	1.462	1.315	5.380	5.815
Provisão para manutenção de rodovias	353.391	343.265	84.952	70.884	438.343	414.149
Amortização acumulada de obras futuras	12.000	10.571	280	258	12.280	10.829
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	16.071	13.134	-	-	16.071	13.134
Pis e Cofins s/receitas	-	10.600	-	933	-	11.533
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	-	-	30	30	30	30
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(58)	(102)	57	3	(1)	(99)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.195	13.195	-	-	13.195	13.195
Diferido gastos pré operacionais (federais)	509	2.166	-	-	509	2.166
Arrendamentos - IFRS 16	1.093	-	601	-	1.694	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	47.438	47.438	-	-	47.438	47.438
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(46.060)	(44.760)	-	-	(46.060)	(44.760)
Estorno de capitalização de juros	587	587	34	34	621	621
Amortização estorno de capitalização de juros	(137)	(129)	-	-	(137)	(129)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>1.810.359</u>	<u>1.758.250</u>	<u>240.940</u>	<u>203.990</u>	<u>2.051.299</u>	<u>1.962.240</u>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	<u>615.522</u>	<u>597.805</u>	<u>81.920</u>	<u>69.357</u>	<u>697.442</u>	<u>667.162</u>
<b>Diferenças temporárias passivas</b>						
Direito de concessão incorporado (c)	(11.650)	(12.091)	-	-	(11.650)	(12.091)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	-	-	(584)	(584)	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(50)	(50)	-	-	(50)	(50)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(3.065)	(3.170)	-	-	(3.065)	(3.170)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(261.071)	(261.071)	(318.245)	(318.245)	(579.316)	(579.316)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	33.411	29.522	74.451	70.071	107.862	99.593
Estorno de capitalização de juros	750	752	-	-	750	752
Amortização estorno de capitalização de juros	(170)	(159)	-	-	(170)	(159)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	<u>(241.845)</u>	<u>(246.267)</u>	<u>(244.378)</u>	<u>(248.758)</u>	<u>(486.223)</u>	<u>(495.025)</u>
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	<u>(82.227)</u>	<u>(83.731)</u>	<u>(83.089)</u>	<u>(84.578)</u>	<u>(165.316)</u>	<u>(168.309)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>533.295</u>	<u>514.074</u>	<u>(1.169)</u>	<u>(15.221)</u>	<u>532.126</u>	<u>498.853</u>

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias, Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

A Sociedade possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável.

## Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Períodos a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2019	70.000	1.476
2020	60.690	12.899
2021	53.757	17.198
2022	49.630	10.758
2023	44.140	4.319
Após 2023	<u>337.305</u>	<u>35.270</u>
	<u>615.522</u>	<u>81.920</u>

### 9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

#### BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No período findo em 31 de março de 2019, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,58% da variação do CDI (97,51% em 31 de dezembro de 2018).

Os valores dessas aplicações em 31 de março de 2019 são de R\$118.075 (R\$118.296 em 31 de dezembro de 2018).

**Notas Explicativas****10. INVESTIMENTOS**

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31.03.2019							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	196.458	256.431	59.973	99.403	43.600
Centrovias	101.483.834	100%	200.193	256.119	55.926	97.476	25.723
Intervias	4.763.110	51%	227.425	1.519.868	1.292.443	160.133	34.125
Vianorte	1.132.038	100%	144.889	164.411	19.522	1.639	1.059
ViaPaulista	1.338.852.754	100%	1.307.189	2.022.505	715.316	56.875	(11.400)
Planalto Sul	1.659.851.513	100%	820.650	1.347.092	526.442	53.107	(23.123)
Fluminense	625.841.370	100%	796.366	2.086.513	1.290.147	93.721	(26.392)
Fernão Dias	2.134.105.562	100%	1.165.932	2.039.627	873.695	118.099	(15.678)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.221.418	3.188.075	1.966.657	122.332	(26.982)
Litoral Sul	1.432.019.209	100%	1.172.865	2.918.819	1.745.954	134.772	(13.946)
Latina Manutenção	37.548.344	100%	65.402	87.210	21.808	19.227	(255)
Arteris Participações	1.158	100%	116.039	122.439	6.400	-	17.030

31.03.2018							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	221.852	370.181	148.329	93.624	14.259
Centrovias	101.483.834	100%	222.457	441.581	219.124	95.183	38.607
Intervias	4.763.110	51%	290.905	1.009.742	718.837	115.228	31.031
Vianorte	1.132.038	100%	189.772	233.037	43.265	79.165	16.890
ViaPaulista	1.078.385.743	100%	1.117.823	1.681.306	563.483	46.767	(10.695)
Planalto Sul	1.430.203.874	100%	784.900	1.322.060	537.160	55.009	(15.814)
Fluminense	625.841.370	100%	832.223	2.016.933	1.184.710	65.783	(20.021)
Fernão Dias	1.874.663.658	100%	1.042.113	1.963.890	921.777	109.941	(11.771)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.547.539	3.142.130	1.594.591	131.871	(15.106)
Litoral Sul	1.213.269.209	100%	1.165.744	2.721.900	1.556.156	136.010	(5.235)
Latina Manutenção	16.048.344	100%	51.058	86.627	35.569	26.513	(3.031)
Arteris Participações	1.158	100%	146.501	148.587	2.086	-	14.686

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no período findo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2018	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.03.2019
Autovias	152.858	-	-	43.600	196.458
Centrovias	177.511	-	(3.041)	25.723	200.193
Intervias	100.301	-	(1.718)	17.404	115.987
Vianorte	143.830	-	-	1.059	144.889
ViaPaulista	1.242.089	76.500	-	(11.400)	1.307.189
Planalto Sul	811.773	32.000	-	(23.123)	820.650
Fluminense	772.258	50.500	-	(26.392)	796.366
Fernão Dias	1.130.610	51.000	-	(15.678)	1.165.932
Régis Bittencourt	1.248.400	-	-	(26.982)	1.221.418
Litoral Sul	1.165.811	21.000	-	(13.946)	1.172.865
Latina Manutenção	59.157	6.500	-	(255)	65.402
Arteris Participações	100.735	-	(1.726)	17.030	116.039
Outros investimentos	19	-	-	-	19
<b>Total</b>	<b>7.105.352</b>	<b>237.500</b>	<b>(6.485)</b>	<b>(12.960)</b>	<b>7.323.407</b>

**Notas Explicativas**

	Controladora				Saldo em 31.03.2018
	Saldo em 31.12.2017	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	207.593	-	-	14.259	221.852
Centrovias	186.928	-	(3.078)	38.607	222.457
Intervias	134.755	-	(2.219)	15.826	148.362
Vianorte	172.882	-	-	16.890	189.772
ViaPaulista	1.083.018	45.500	-	(10.695)	1.117.823
Planalto Sul	754.714	46.000	-	(15.814)	784.900
Fluminense	829.244	23.000	-	(20.021)	832.223
Fernão Dias	1.015.884	38.000	-	(11.771)	1.042.113
Régis Bittencourt	1.531.645	31.000	-	(15.106)	1.547.539
Litoral Sul	1.112.479	58.500	-	(5.235)	1.165.744
Latina Manutenção	45.689	8.400	-	(3.031)	51.058
Arteris Participações	132.445	-	(630)	14.686	146.501
Outros investimentos	19	-	-	-	19
<b>Total</b>	<b>7.207.295</b>	<b>250.400</b>	<b>(5.927)</b>	<b>18.595</b>	<b>7.470.363</b>



**Notas Explicativas**

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2018	16.019	25.331	26.302	27.704	1.253	51.350	1.717	376	150.052
Adições	49	208	239	146	-	1.053	-	1.974	3.669
Transferências/reclassificações	(3)	(49)	-	2.072	-	(15)	-	(2.083)	(78)
Alienações/baixas	(44)	(47)	(770)	-	-	(518)	-	-	(1.379)
Saldo em 31.03.2019	16.021	25.443	25.771	29.922	1.253	51.870	1.717	267	152.264
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2018	(11.274)	(15.624)	(19.995)	(18.657)	-	(28.935)	(793)	-	(95.278)
Depreciações	(189)	(806)	(460)	(867)	-	(1.101)	(39)	-	(3.462)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	35	42	622	-	-	193	-	-	892
Saldo em 31.03.2019	(11.428)	(16.388)	(19.833)	(19.524)	-	(29.843)	(832)	-	(97.848)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2018	4.745	9.707	6.307	9.047	1.253	22.415	924	376	54.774
Saldo em 31.03.2019	4.593	9.055	5.938	10.398	1.253	22.027	885	267	54.416
Taxas de depreciação - a.a.	7%	16%	16%	6%	-	14%	13%	-	-
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2017	21.447	16.149	28.141	26.098	1.253	50.195	1.717	1.471	146.471
Adições	305	823	2.541	10	-	2.126	-	219	6.024
Transferências/reclassificações	2	-	(80)	-	-	545	-	-	467
Alienações/baixas	(48)	(14)	(1.137)	1.143	-	(595)	-	(1.272)	(1.923)
Saldo em 31.03.2018	21.706	16.958	29.465	27.251	1.253	52.271	1.717	418	151.039
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2017	(14.295)	(10.662)	(18.814)	(14.800)	-	(27.262)	(638)	-	(86.471)
Depreciações	(466)	(495)	(611)	(934)	-	(1.262)	(41)	-	(3.809)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Alienações/baixas	6	13	870	(25)	-	277	-	-	1.141
Saldo em 31.03.2018	(14.755)	(11.144)	(18.555)	(15.759)	-	(28.260)	(679)	-	(89.152)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2017	7.152	5.487	9.327	11.298	1.253	22.933	1.079	1.471	60.000
Saldo em 31.03.2018	6.951	5.814	10.910	11.492	1.253	24.011	1.038	418	61.887
Taxas de depreciação - a.a.	7%	16%	23%	4%	-	13%	2%	-	-

## Notas Explicativas

## 12. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Controladora						
	Veículos (c)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total			
Custo direito de uso	-	-	-	-			
Saldo em 31.12.2018	1.550	9.129	1.291	11.970			
Adições	1.550	9.129	1.291	11.970			
Saldo em 31.03.2019	1.550	9.129	1.291	11.970			
Amortização acumulada	-	-	-	-			
Saldo em 31.12.2018	(273)	(1.142)	(271)	(1.686)			
Amortização	(273)	(1.142)	(271)	(1.686)			
Saldo em 31.03.2019	(273)	(1.142)	(271)	(1.686)			
Direito de uso líquido	-	-	-	-			
Saldo em 31.12.2018	1.277	7.987	1.020	10.284			
Saldo em 31.03.2019	1.277	7.987	1.020	10.284			
Taxas de amortização - a.a.	71%	29%	80%				
	Consolidado						
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	64.464	12.130	4.673	1.934	11.999	2.645	104.416
Adições	64.464	12.130	4.673	1.934	11.999	2.645	104.416
Saldo em 31.03.2019	64.464	12.130	4.673	1.934	11.999	2.645	104.416
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	(5.081)	(1.422)	(492)	(288)	(1.451)	(528)	(10.413)
Amortização	(5.081)	(1.422)	(492)	(288)	(1.451)	(528)	(10.413)
Saldo em 31.03.2019	(5.081)	(1.422)	(492)	(288)	(1.451)	(528)	(10.413)
Direito de uso líquido	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	59.383	10.708	4.181	1.646	10.548	2.117	94.003
Saldo em 31.03.2019	59.383	10.708	4.181	1.646	10.548	2.117	94.003
Taxas de amortização - a.a.	42%	45%	39%	50%	48%	57%	

- (a) Referem-se a locação de guinchos para operação na rodovia.  
 (b) Referem-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.  
 (c) Referem-se a veículos administrativos.



## Notas Explicativas

- (d) Referem-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Referem-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Referem-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Referem-se a locação de máquinas de café e itens diversos.

**Notas Explicativas****13. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2018	46.689	13.893	60.582
Adições	113	2.082	2.195
Transferências/Reclassificações	9.370	(9.370)	-
Alienações/baixas	(1)	-	(1)
Saldo em 31.03.2019	<u>56.171</u>	<u>6.605</u>	<u>62.776</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2018	(20.497)	-	(20.497)
Amortizações	(2.265)	-	(2.265)
Saldo em 31.03.2019	<u>(22.762)</u>	<u>-</u>	<u>(22.762)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2018	26.192	13.893	40.085
Saldo em 31.03.2019	33.409	6.605	40.014
Taxas de amortização - a.a.	20%		

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2017	43.415	15.668	59.083
Adições	103	2.335	2.438
Transferências/Reclassificações	590	(590)	-
Alienações/baixas	(35)	-	(35)
Saldo em 31.03.2018	<u>44.073</u>	<u>17.413</u>	<u>61.486</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2017	(11.760)	-	(11.760)
Amortizações	(2.142)	-	(2.142)
Alienações/baixas	37	-	37
Saldo em 31.03.2018	<u>(13.865)</u>	<u>-</u>	<u>(13.865)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323
Saldo em 31.03.2018	30.208	17.413	47.621
Taxas de amortização - a.a.	20%		



## Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 19. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão
- (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

No período findo em 31 de março de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$21.738 (R\$20.452 em 31 de março de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2019 foi de 7,30% e 2,64% em 2018.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações de empréstimos e financiamentos da Controladora são como segue:

Moeda estrangeira	Controladora					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999
Captações/Renovações	-	-	-	-	187.500	187.500
Juros provisionados	2.051	4.670	6.721	27.243	6.240	33.483
Imposto de renda retido sobre juros	323	-	323	(777)	-	(777)
Amortização de principal	-	-	-	(187.455)	-	(187.455)
Pagamento de juros	(4.206)	-	(4.206)	(4.097)	-	(4.097)
Saldo final	81	198.410	198.491	1.913	193.740	195.653

## Notas Explicativas

As movimentações de empréstimos e financiamentos do consolidado são como segue:

Moeda nacional	Consolidado					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	361.964	3.290.370	3.652.334	409.017	2.643.318	3.052.335
Captações/Renovações	17.049	-	17.049	108.481	946.147	1.054.628
Juros provisionados	71.634	9.723	81.357	284.028	4.017	288.045
Amortização de principal	(108.906)	-	(108.906)	(473.888)	-	(473.888)
Pagamento de juros	(67.074)	-	(67.074)	(268.670)	-	(268.670)
Transferência	82.096	(82.096)	-	303.112	(303.112)	-
AVP/Risco sacado	118	-	118	(116)	-	(116)
	<u>356.881</u>	<u>3.217.997</u>	<u>3.574.878</u>	<u>361.964</u>	<u>3.290.370</u>	<u>3.652.334</u>
Custo de transação	(5.327)	(26.995)	(32.322)	(3.999)	(27.666)	(31.665)
Saldo final	<u>351.554</u>	<u>3.191.002</u>	<u>3.542.556</u>	<u>357.965</u>	<u>3.262.704</u>	<u>3.620.669</u>

  

Moeda estrangeira	Consolidado					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999
Captações/Renovações	-	-	-	-	187.500	187.500
Juros provisionados	2.051	4.670	6.721	27.243	6.240	33.483
Imposto de renda retido sobre juros	323	-	323	(777)	-	(777)
Amortização de principal	-	-	-	(187.455)	-	(187.455)
Pagamento de juros	(4.206)	-	(4.206)	(4.097)	-	(4.097)
	<u>81</u>	<u>198.410</u>	<u>198.491</u>	<u>1.913</u>	<u>193.740</u>	<u>195.653</u>

## Notas Explicativas

Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2019	31.12.2018
(d)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 4,31%	set/20	Sem garantia	198.491	195.653
(e)	Régis Bitencourt	Real	Nota Promissória	107% CDI	Jun/20	Aval acionista	610.040	600.316
			<b>Subtotal</b>				<b>808.531</b>	<b>795.969</b>
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58%a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	221.815	228.249
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62%a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	41.574	42.379
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	21.695	25.746
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	318	325
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	255.077	263.057
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	317.597	324.210
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	442.713	456.456
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	131.124	130.807
(a)	Régis Bitencourt	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,54% e 3,74%a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.020.859	1.042.422
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	497.017	510.400
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.291	3.373
			<b>Subtotal</b>				<b>2.953.080</b>	<b>3.027.424</b>
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de equipamentos	6% a.a	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	59	117
			<b>Subtotal</b>				<b>59</b>	<b>117</b>
(c)	Planalto Sul	Real	Risco Sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	3.390	4.866
(c)	Fluminense	Real	Risco sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	817	860
(c)	Régis Bitencourt	Real	Risco sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	4.087	12.319
(c)	Litoral Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m	Até 60 dias	Aval acionista	3.405	6.432
			<b>Subtotal</b>				<b>11.699</b>	<b>24.477</b>
			<b>Total Geral</b>				<b>3.773.369</b>	<b>3.847.987</b>
			Circulante				356.962	363.877
			Não circulante				3.416.407	3.484.110

## Notas Explicativas

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem e/ou aval e notas promissórias dos acionistas.
- (c) Em 31 de março de 2019, o saldo de R\$11.699 (R\$24.477 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade e suas controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$48.000 e taxa média de 1,33% ao mês.
- (d) Contrato de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. Para proteção da exposição da variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma datade contratação do empréstimo, uma operação de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 4,31% ao ano para CDI+1,15% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo.
- (e) 5ª emissão de Notas Promissórias da Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$600.000 com juros remuneratórios de 107% do CDI com vencimento para 27 de junho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2018, foi firmado entre a Sociedade ViaPaulista e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de \$3.645.000, entretanto, essa linha será desembolsada *pari passu* com a execução dos investimentos.

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2020	884.933	198.410	1.083.343
2021	414.658	-	414.658
2022	451.542	-	451.542
2023	491.739	-	491.739
2024	975.125	-	975.125
Após 2024	<u>3.217.997</u>	<u>198.410</u>	<u>3.416.407</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

As concessionárias federais não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

## Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2019 as concessionárias federais Autopista Fluminense e Autopista Planalto Sul, apresentam índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD abaixo de 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma ação que descumprisse esta cláusula restritiva.

Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.

Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois esses empréstimos foram captados e repassados através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro e financiamentos de suas subsidiárias federais.



## Notas Explicativas

### 15. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures da controladora são como segue:

Moeda nacional	Controladora					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	25.305	1.622.939	1.648.244	21.648	1.616.755	1.638.403
Captações/Renovações	-	-	-	-	-	-
Juros provisionados	30.242	2.041	32.283	124.143	6.184	130.327
Pagamento de juros	-	-	-	(120.486)	-	(120.486)
Transferência	1	(1)	-	-	-	-
	<u>55.548</u>	<u>1.624.979</u>	<u>1.680.527</u>	<u>25.305</u>	<u>1.622.939</u>	<u>1.648.244</u>
Custo de transação	(1.817)	(8.312)	(10.129)	(1.811)	(8.765)	(10.576)
Saldo final	<u>53.731</u>	<u>1.616.667</u>	<u>1.670.398</u>	<u>23.494</u>	<u>1.614.174</u>	<u>1.637.668</u>

As movimentações das debêntures do consolidado são como segue:

Moeda nacional	Consolidado					
	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	732.118	2.657.157	3.389.275	397.126	2.410.068	2.807.194
Captações/Renovações	-	-	-	-	900.000	900.000
Juros provisionados	61.010	9.351	70.361	222.702	39.405	262.107
Imposto de renda retido sobre juros	-	-	-	-	-	-
Amortização de principal	(51.409)	-	(51.409)	(361.275)	-	(361.275)
Pagamento de juros	(6.984)	-	(6.984)	(218.751)	-	(218.751)
Transferência	432	(432)	-	692.316	(692.316)	-
	<u>735.167</u>	<u>2.666.076</u>	<u>3.401.243</u>	<u>732.118</u>	<u>2.657.157</u>	<u>3.389.275</u>
Custo de transação	(4.288)	(11.794)	(16.082)	(4.900)	(12.533)	(17.433)
Saldo final	<u>730.879</u>	<u>2.654.282</u>	<u>3.385.161</u>	<u>727.218</u>	<u>2.644.624</u>	<u>3.371.842</u>

Consolidado						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2019	31.12.2018
Arteris	5ª Emissão - 1ª série	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.505.924	1.477.791
Arteris	5ª emissão - 3ª série	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	174.603	170.453
					<u>1.680.527</u>	<u>1.648.244</u>
Centrovias	3ª emissão	10.000	CDI +1,25%a.a.	mar/19	-	50.207
					-	50.207
Intervias	4º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	51.674	50.769
Intervias	4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	297.926	290.268
Intervias	5º emissao - 1º Serie	200.000	CDI +0,47%a.a.	mai/20	204.877	201.595
Intervias	5º emissao - 2º Serie	191.177	CDI +0,90%a.a.	mai/23	196.142	192.800
Intervias	5º emissao - 3ª Serie	282.813	CDI +1,35%a.a.	mai/25	290.624	285.365
Intervias	5º emissao - 4ª Serie	126.010	IPCA +6,76%a.a.	mai/25	133.464	129.797
					<u>1.174.707</u>	<u>1.150.594</u>
ViaPaulista	1ª emissão - 1ª série	20.000	CDI + 2,1% a.a.	out/19	203.581	203.581
ViaPaulista	1ª emissão - 2ª série	10.000	CDI + 2,1% a.a.	out/19	101.790	101.790
					<u>305.371</u>	<u>305.371</u>
Planalto Sul	2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	159.958	155.096
					<u>159.958</u>	<u>155.096</u>
Fernão Dias	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a	set/26	80.680	79.763
					<u>80.680</u>	<u>79.763</u>
				Total	3.401.243	3.389.275
				Circulante	735.167	732.118
				Não Circulante	2.666.076	2.657.157

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por

## Notas Explicativas

meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2020	-	261.718
2021	727.112	787.616
2022	727.112	887.889
2023	107.879	270.479
2024	62.876	458.374
Após 2024	1.624.979	2.666.076

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Sociedade e suas controladas, não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 4ª e 5ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 3ª emissão – série única da Centrovias são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

## Notas Explicativas

### 16. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos em 31 março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
<b>Controladas</b>				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a )	771	1.503	-	-
Centrovias S.A. (a )	998	1.391	-	-
Intervias S.A. (a )	1.333	1.491	-	-
Vianorte S.A. (a )	297	1.213	-	-
Planalto Sul S.A. (a )	544	574	-	-
Fluminense S.A. (a )	1.680	806	-	-
Fernão dias S.A. (a )	1.227	1.308	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a )	1.419	1.610	-	-
Litoral Sul S.A. (a )	4.013	1.282	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.015	4.976	-	-
Arteris Participações (a)	1.396	1.096	-	-
ViaPaulista S.A. (a - i)	10.471	9.133	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Centrovias S.A. (d )	6.466	3.881	-	-
Intervias S.A. (d )	4.206	2.745	-	-
Vianorte S.A. (d )	10.257	10.257	-	-
Arteris Participações (d)	4.572	3.106	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d )	418	418	-	-
Intervias S.A. (d )	4.062	4.062	-	-
Régis Bittencourt S.A. (d )	-	3.052	-	-
Mútuos a receber:				
Fluminense S.A. (b)	274.626	270.384	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	594.484	585.246	-	-
Debêntures a receber:				
Fluminense S.A. (e)	173.126	170.261	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	148.233	145.818	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	252.493	292.249	-	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	48	47	48	47
Sociedade para Participação em Infraestrutur	184	184	184	184
Abertis Infraestrutura Finance BV	587	587	587	587
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.498.926</b>	<b>1.518.680</b>	<b>819</b>	<b>818</b>

**Notas Explicativas**

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladas</u>				
Debêntures a receber:				
Fluminense S.A. (e)	102.358	100.847	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	18.320	18.050	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	178.131	131.491	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>298.809</b>	<b>250.388</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a pagar: (Conta Corrente mais Outros)				
Autovias S.A. (a)	606	-	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.134	-	-	-
Intervias S.A. (a)	469	-	-	-
Vianorte S.A. (a)	434	-	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	53	-	-	-
Fernão dias S.A. (a)	93	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	237	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	333	-	-	-
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	85.127	83.801	-	-
Centrovias S.A. (c)	109.599	107.889	-	-
Intervias S.A. (c)	-	328.533	-	-
Vianorte S.A. (c)	147.049	144.663	-	-
Debêntures a pagar:				
Intervias S.A. (h)	334.427	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>679.561</b>	<b>664.886</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladas</u>				
Mútuos a pagar:				
Autovias S.A. (c)	-	60.159	-	-
Debêntures a pagar:				
Autovias S.A. (j)	76.109	-	-	-
Centrovias S.A. (k)	40.675	40.060	-	-
Intervias S.A. (h)	145.074	142.893	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>261.858</b>	<b>243.112</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

Receitas (despesas) financeiras líquidas	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
<b>Controladas</b>				
Autovias S.A.	(2.697)	(3.330)	-	-
Centrovias S.A.	(2.736)	(4.620)	-	-
Intervias S.A.	(9.500)	(7.213)	-	-
Vianorte S.A.	(2.806)	(2.751)	-	-
	<u>(17.739)</u>	<u>(17.914)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Planalto Sul S.A.	-	-	-	-
Fluminense S.A.	10.139	(1)	-	-
Fernão Dias S.A.	-	-	-	-
Régis Bittencourt S.A.	3.159	7.365	-	-
Litoral Sul S.A.	<u>18.967</u>	<u>16.172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>32.265</u>	<u>23.536</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Sociedade adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. A partir de 2019 os gastos com investimentos que forem rateados para as empresas do grupo serão proporcionais aos investimentos de cada empresa.
- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a 2,0% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2019.
- (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2019 para Vianorte, Autovias, Centrovias e Intervias.
- (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.
- (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano para as 2ª, 3ª e 4ª emissões e de 1,0% ao ano para a 5ª emissão, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril de 2019, 03 de julho de 2019, 19 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021.
- (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano para 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, de 1,0% ao ano para a 7ª emissão, com vencimento do principal e juros da 3ª emissão em 25 de junho de 2019, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2019, da 5ª emissão em 18 de setembro de 2019, da 6ª emissão em 19 de outubro de 2019 e da 7ª emissão em 21 de maio de 2021.
- (g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para 2ª emissão, 1,5% ao ano para as 3ª, 4ª e 5ª emissão e 1,0% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de março de 2021.

## Notas Explicativas

para 2ª emissão, 28 de abril de 2019 para 3ª emissão, 3 de julho de 2019 para 4ª emissão e 19 de agosto de 2019 para 5ª emissão e 21 de maio de 2021 para a 6ª emissão.

- (h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª e 6ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano para a 4ª emissão e 1,2% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 25 de junho de 2019 para 4ª emissão e 02 de agosto de 2021 para a 6ª emissão.
- (i) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora que serão reembolsadas no primeiro semestre de 2019.
- (j) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 05 de dezembro de 2021.
- (k) Refere-se a instrumento particular de escritura de 7ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Centrovias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,2% ao ano, com vencimento do principal e juros em 05 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de março de 2019 obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias, que no consolidado representam o valor de R\$17.173 (R\$15.370 em 31 de março de 2018).

No decorrer do período findo em 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu o montante de R\$175 (R\$244 em 31 de março de 2018) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$8.296 (R\$4.354 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$20.200 para a Controladora e R\$29.100 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

**Notas Explicativas****17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR**

Estão compostos por:

	Controladora		
	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	5.296	6.674	11.970
Utilização	(1.819)	-	(1.819)
Ajuste a valor presente - AVP	232	-	232
Transferência	-	-	-
	<u>3.709</u>	<u>6.674</u>	<u>10.383</u>
	Consolidado		
	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	38.474	65.942	104.416
Utilização	(11.519)	-	(11.519)
Ajuste a valor presente - AVP	2.045	-	2.045
Transferência	2.394	(2.394)	-
	<u>31.394</u>	<u>63.548</u>	<u>94.942</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	287	28.116
2021	-	18.006
2022	-	9.160
2023	6.387	8.162
2023	-	104
	<u>6.674</u>	<u>63.548</u>

Em 31 de março de 2019, não houve despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos na controladora, no consolidado é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferido a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	958	-
Atendimento pré-hospitalar	-	-
Veículos	240	-
Veículos operacionais	903	-
Computadores e periféricos	71	4
Imóveis	449	-
Outros	20	11
	<u>2.642</u>	<u>15</u>

## Notas Explicativas

### 18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de março de 2019, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$11.714 na Controladora (R\$8.730 em 31 de dezembro de 2018) e R\$35.440 no consolidado (R\$27.700 em 31 de dezembro de 2018).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

### 19. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa será liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente e será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:



**Notas Explicativas**

Circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Autovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	476	495	476	495
Centrovias	Direito de outorga	-	-	-	-
	Parcela variável (a)	524	539	524	539
Intervias	Direito de outorga	7.580	8.855	7.753	9.022
	Parcela variável (a)/(b)	694	685	694	685
ViaPaulista	Direito de outorga	251.305	249.057	251.305	249.057
	Parcela variável (a)	293	-	293	-
Total		<u>260.872</u>	<u>259.631</u>	<u>261.045</u>	<u>259.798</u>

Não circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Intervias	Direito de outorga	-	732	-	772
Total		<u>-</u>	<u>732</u>	<u>-</u>	<u>772</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2019 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Intervias	10	-	10
ViaPaulista	1	-	1

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2019 e de 31 de março de 2018 ao Poder Concedente estão assim representados:

	31.03.2019		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	-	1.412	1.412
Centrovias	-	1.546	1.546
Intervias	2.229	2.002	4.231
Total	<u>2.229</u>	<u>4.960</u>	<u>7.189</u>

**Notas Explicativas**

	31.03.2018		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	2.297	1.401	3.698
Centrovias	3.436	1.491	4.927
Intervias	2.138	1.962	4.100
Vianorte	9.293	1.299	10.592
Total	17.164	6.153	23.317

**20. PROVISÕES****Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios**

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, à ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas, fiscais e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o período findo em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Controladora					31.03.2019
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Trabalhistas	-	25	-	-	-	25
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
Total	222	25	-	(222)	-	25

	Controladora					31.03.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Trabalhistas	1	70	(1)	(70)	-	-
Fiscal	181	1	(1)	-	-	181
Total	182	71	(2)	(70)	-	181

	Consolidado					31.03.2019
	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	35.701	3.519	(1.577)	(3.380)	-	34.263
Trabalhistas	21.179	6.427	(6.069)	(4.788)	-	16.749
Regulatório	47.926	934	(1.000)	-	-	47.860
Fiscal	222	-	-	(222)	-	-
Total	105.028	10.880	(8.646)	(8.390)	-	98.872

	Consolidado					31.03.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	38.651	5.771	(3.929)	(4.103)	-	36.390
Trabalhistas	15.573	2.440	(1.717)	(1.860)	-	14.436
Regulatório	46.595	3	-	(953)	1.958	47.603
Fiscal	181	1	(1)	-	-	181
Total	101.000	8.215	(5.647)	(6.916)	1.958	98.610

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT

## Notas Explicativas

e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2019 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$47.860 (R\$47.926 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$60.957 (R\$50.263 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$51.300 em 31 de março de 2019 (R\$52.169 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2019 os depósitos judiciais de R\$6.067 e R\$80.367, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.290 e R\$88.193, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$3.949 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades.

O saldo de R\$80.367 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$46.734 referente a processos cíveis, R\$15.400 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$8.647 referentes a ações trabalhistas, R\$6.532 referente a processos fiscais, e R\$3.054 referente a depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora.

### Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	10.304	280.305	183.667	134.900	193.971	415.205
Adições/Reversões	1.003	35.423	4.035	79.233	5.038	114.656
Utilizações	(957)	(96.896)	-	-	(957)	(96.896)
Ajuste a valor presente	2	888	2.890	6.266	2.892	7.154
Transferências	11.848	68.419	(11.848)	(68.419)	-	-
Saldo em 31.03.2019	22.200	288.139	178.744	151.980	200.944	440.119

Provisões	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	26.639	178.542	154.284	283.501	180.923	462.043
Adições/Reversões	-	25.309	-	62.506	-	87.815
Utilizações	-	(127.344)	-	-	-	(127.344)
Ajuste a valor presente	26	965	2.369	5.527	2.395	6.492
Transferências	10.798	70.980	(10.480)	(70.980)	318	-
Saldo em 31.03.2018	37.463	148.452	146.173	280.554	183.636	429.006

## Notas Explicativas

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a taxa de desconto é de 7,30% ao ano para a provisão de manutenção.

A atual taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na ponderação de coeficientes como taxa interna de retorno, custo médio da dívida e taxa WACC - *Weighted Average Cost of Capital*. A administração entende que esta taxa, é a mais adequada aos aspectos econômicos dos negócios geridos pelo grupo.

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2019 referente às manutenções realizadas foram de R\$109.031 (R\$109.331 em 31 de março de 2018).

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.103.848 e está representado por 731.481.274 ações ordinárias sem valor nominal.

#### Reserva legal e retenção de lucros - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

#### Distribuição de dividendos - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2018 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2018 ter apresentado prejuízo líquido.

### 22. RECEITAS

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018
Receita de serviços prestados	699.772	747.004
Receita de serviços de construção	285.054	238.076
Outras receitas	10.043	9.705
Receita bruta	994.869	994.785
ISSQN	(35.392)	(37.808)
PIS	(3.878)	(5.037)
COFINS	(17.911)	(23.242)
Outras deduções	(131)	(117)
Receita líquida	937.557	928.581

**Notas Explicativas****23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Despesas:				
Com pessoal	(282)	(369)	(19.597)	(23.861)
Serviços de terceiros	(947)	(252)	(7.681)	(7.056)
Manutenção de bens e conservação	(5)	(19)	(2.088)	(3.284)
Consumo	(17)	(20)	(2.044)	(4.011)
Transportes	(1)	(12)	(293)	(1.424)
Seguros/Garantias	(5)	(34)	(66)	(60)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(25)	(69)	(3.626)	(2.850)
Comunicação e marketing	(12)	(5)	(1.151)	(2.362)
Indenizações à terceiros	-	-	(159)	360
Publicações legais	-	-	(1.569)	(1.522)
Depreciação / Amortização	(4.108)	(2.375)	(5.328)	(4.130)
Outros	(40)	(116)	(2.721)	(2.430)
<b>Total</b>	<b>(5.442)</b>	<b>(3.271)</b>	<b>(46.323)</b>	<b>(52.630)</b>
			Consolidado	
			31.03.2019	31.03.2018
Custos:				
Com pessoal			(40.563)	(41.630)
Serviços de terceiros			(39.406)	(50.009)
Conservação			(33.577)	(31.670)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis			(3.631)	(3.713)
Consumo			(7.689)	(7.841)
Transportes			(7.586)	(8.400)
Verba de fiscalização			(13.247)	(12.457)
Recursos para desenvolvimento tecnológico			(526)	(1.221)
Seguros / Garantias			(5.070)	(5.550)
Ônus variável			(5.228)	(6.123)
Provisão de manutenção em rodovias			(114.656)	(87.815)
Custos de serviços da construção			(285.054)	(238.076)
Depreciação / Amortização			(228.315)	(237.753)
Amortização da Outorga			(2.600)	(3.317)
Outros			(1.980)	(6.207)
<b>Total</b>			<b>(789.128)</b>	<b>(741.782)</b>

**Notas Explicativas****24. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras:				
Juros ativos	32.265	31.656	(1)	-
Aplicações financeiras	2.145	4.297	15.462	11.177
Ganho em operações de swap	3.300	-	3.300	-
Outras receitas	1.838	390	2.021	1.284
<b>Total</b>	<b>39.548</b>	<b>36.343</b>	<b>20.782</b>	<b>12.461</b>
	<b>31.03.2019</b>	<b>31.03.2018</b>	<b>31.03.2019</b>	<b>31.03.2018</b>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(52.013)	(52.595)	(131.969)	(112.378)
Atualização montária do ônus da concessão	-	-	(2.470)	(6.636)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(232)	-	(12.251)	(9.188)
Perdas em operações de swap	-	(614)	-	(614)
Perdas no ajuste de valor de mercado de derivativos	(2.365)	(1.731)	(2.365)	(1.731)
Outras despesas	(3.005)	(3.078)	505	(9.498)
<b>Total</b>	<b>(57.615)</b>	<b>(58.018)</b>	<b>(148.550)</b>	<b>(140.045)</b>
	<b>31.03.2019</b>	<b>31.03.2018</b>	<b>31.03.2018</b>	<b>31.03.2018</b>
Variação cambial:				
Variação cambial líquida	(4.740)	(1.463)	(4.741)	(1.463)
<b>Total</b>	<b>(4.740)</b>	<b>(1.463)</b>	<b>(4.741)</b>	<b>(1.463)</b>

**25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	Controladora	
	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	-	660
	Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações	146.640	141.264
Juros capitalizados	21.738	20.452
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(285.115)	(281.532)

## Notas Explicativas

### 26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2019	31.03.2018	31.03.2019	31.03.2018
<b>Básico/Diluído</b>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(41.246)	(7.399)	(40.152)	(5.067)
Número de ações durante período	731.481	726.416	731.481	726.416
Lucro (prejuízo) por ação	(0,0564)	(0,0102)	(0,0549)	(0,0070)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	Controladora			
		31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	13.750	-	245.227	-
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	1.793.255	-	1.761.536
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	12.549	-	11.810	-
Dividendos a receber	Nível 2	-	4.480	-	7.532
Outros Créditos	Nível 2	-	584	-	494
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	-	(198.491)	-	(195.653)
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	(938.060)	-	(907.998)
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	(5.458)	-	(8.237)	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(3.359)	-	-
Debêntures	Nível 2	-	(1.670.398)	-	(1.637.668)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(4.763)	-	(4.720)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(1.160)	-	(4.199)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(10.383)	-	-
		<u>20.841</u>	<u>(1.028.295)</u>	<u>248.800</u>	<u>(980.676)</u>
		Consolidado			
		31.03.2019		31.12.2018	
	Nível	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	773.036	-	1.038.259	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	150.804	-	140.822
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	819	-	818
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	12.549	-	11.810	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	118.075	-	118.296	-
Outros Créditos	Nível 2	-	18.127	-	19.146
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	(3.530.857)	-	(3.599.760)
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	(11.699)	-	(20.909)
Empréstimos moeda estrangeira	Nível 2	-	(198.491)	-	(195.653)
Instrumento financeiro derivativo passivo	Nível 2	(5.458)	-	(8.237)	-
Debêntures	Nível 2	-	(3.385.161)	-	(3.371.842)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(213.087)	-	(274.172)
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	(4.638)	-	(4.204)
Credores pela concessão	Nível 2	-	(260.872)	-	(260.363)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(52.082)	-	(48.758)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(94.942)	-	-
		<u>898.202</u>	<u>(7.582.079)</u>	<u>1.160.128</u>	<u>(7.614.875)</u>

## Notas Explicativas

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48 e IFRS 9.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

### Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

### Estimativa de valor justo

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referencia	Valor justo do instrumento - ganho (perda)	Índice do banco		Índice da Sociedade	
			Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	198.505	7.091	US\$	Variação cambial + 4,31% a.a.	R\$	CDI +1,15% a.a.

### Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em "financeiros". Os "financeiros" são derivativos do tipo "swap" contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o contrato aberto de "swap" possui vencimento em setembro de 2020 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 25 de setembro de 2018.



## Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	31.03.2019		31.12.2018	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	198.505	197.929	195.990	198.258
Total	<u>198.505</u>	<u>197.929</u>	<u>195.990</u>	<u>198.258</u>
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	187.719	190.838	191.087	194.685
Total	<u>187.719</u>	<u>190.838</u>	<u>191.087</u>	<u>194.685</u>
Instrumento financeiro derivativo líquido	<u>10.786</u>	<u>7.091</u>	<u>4.903</u>	<u>3.573</u>

A operação de "swap" financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de março de 2019, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESP, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

## 28. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso.

Em 31 de março de 2019, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$198.491 (R\$195.653 em 31 de dezembro de 2018). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap".

### Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Controladora/Consolidado

Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	198.491
Valor da curva do derivativo financeiro	<u>187.719</u>
Exposição cambial líquida	<u><u>10.772</u></u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Risco da sociedade	Controladora		
		Efeito no lucro antes da tributação		
		Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	10.772	13.465	16.158

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31 de março de 2019, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (4,96 R\$/US\$) e de 50% (5,95 R\$/US\$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.

Indicadores	Controladora		
	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(198.967)	(239.108)	(279.226)
Receita de aplicações financeiras	5.892	7.365	8.838
Receita financeira de mútuo (*)	91.341	110.354	129.366
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(101.734)	(121.389)	(141.022)
IPCA	3,89%	4,86%	5,84%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(16.030)	(17.815)	(19.599)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(16.030)	(17.815)	(19.599)
Juros a incorrer líquido	<u>(117.764)</u>	<u>(139.204)</u>	<u>(160.621)</u>

## Notas Explicativas

Consolidado			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(207.129)	(249.708)	(292.289)
Receita de aplicações financeiras	60.921	76.156	91.388
Juros a incorrer - Notas Promissórias (*)	(85.131)	(95.738)	(106.346)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(231.339)	(269.290)	(307.247)
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(293.709)	(346.639)	(399.571)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(293.709)	(346.639)	(399.571)
IPCA	3,89%	4,86%	5,84%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(37.264)	(40.948)	(44.631)
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(34.628)	(38.529)	(42.429)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(71.892)	(79.477)	(87.060)
Juros a incorrer líquido	<u>(596.940)</u>	<u>(695.406)</u>	<u>(793.878)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

### c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$130.488 (R\$125.393 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

### d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

## Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora					Total
		2019	2020	2021	2022	2022 em diante	
Capital de giro	7,72%	7.276	201.715	-	-	-	208.991
Partes relacionadas	7,56%	676.202	87.286	87.286	87.286	-	938.060
Debêntures - CDI	8,20%	115.532	115.064	842.176	756.229	-	1.829.001
Debêntures - IPCA	9,61%	8.944	9.379	9.874	470.080	-	498.277
Fornecedores e cauções contratuais	-	4.763	-	-	-	-	4.763
Fornecedores partes relacionadas	-	-	3.359	-	-	-	3.359
Outras contas a pagar	-	1.160	-	-	-	-	1.160
		<u>813.877</u>	<u>416.803</u>	<u>939.336</u>	<u>1.313.595</u>	<u>-</u>	<u>3.483.611</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora				Total
		01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	
Capital de giro	7,72%	-	7.276	-	7.050	14.326
Partes relacionadas	7,56%	225.401	225.401	225.400	21.822	698.024
Debêntures - CDI	8,20%	56.831	-	58.701	-	115.532
Debêntures - IPCA	9,61%	-	-	8.944	-	8.944
Fornecedores e cauções contratuais	-	4.763	-	-	-	4.763
Outras contas a pagar	-	1.160	-	-	-	1.160
		<u>288.155</u>	<u>232.677</u>	<u>293.045</u>	<u>28.872</u>	<u>842.749</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado					Total
		2019	2020	2021	2022	2022 em diante	
BNDES Automático	7,95%	410.670	561.511	570.865	568.485	1.667.907	3.779.438
Capital de giro	9,51%	19.029	864.355	-	-	-	883.384
Finame	7,35%	39.946	58.302	58.038	57.798	155.520	369.604
Debêntures - CDI	9,58%	540.454	357.969	878.199	884.340	425.943	3.086.905
Debêntures - IPCA	8,09%	332.218	29.687	37.550	528.977	397.274	1.325.706
Fornecedores e cauções contratuais	-	213.087	-	-	-	-	213.087
Credores pela concessão	-	260.150	722	-	-	-	260.872
Outras contas a pagar	-	51.862	220	-	-	-	52.082
		<u>1.867.416</u>	<u>1.872.766</u>	<u>1.544.652</u>	<u>2.039.600</u>	<u>2.646.644</u>	<u>9.971.078</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado				Total
		01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	
BNDES Automático	7,95%	135.721	137.323	137.626	137.627	548.297
Capital de giro	9,51%	11.753	7.276	-	7.050	26.079
Finame	7,35%	13.122	13.412	13.412	18.067	58.013
Debêntures - CDI	9,58%	91.235	6.348	442.871	-	540.454
Debêntures - IPCA	8,09%	1.432	1.511	329.275	-	332.218
Fornecedores e cauções contratuais	-	158.439	38.832	15.816	198	213.285
Credores pela concessão	-	255.578	2.286	2.286	722	260.872
Outras contas a pagar	-	50.610	634	618	220	52.082
		<u>717.890</u>	<u>207.622</u>	<u>941.904</u>	<u>163.884</u>	<u>2.031.300</u>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

## a) Demonstração do resultado por segmento

**Notas Explicativas**

Resultado	31.03.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	937.557	19.227	956.784	(19.227)	937.557
Custos	(790.752)	(15.090)	(805.842)	16.714	(789.128)
Lucro bruto	146.805	4.137	150.942	(2.513)	148.429
Despesas gerais e administrativas	(48.855)	(4.618)	(53.473)	(1.149)	(54.622)
Outras (despesas) receitas operacionais	844	160	1.004	(160)	844
Receitas financeiras	31.019	176	31.195	(10.413)	20.782
Despesas financeiras	(141.160)	(110)	(141.270)	(7.280)	(148.550)
Variação cambial líquida	(1)	-	(1)	(4.740)	(4.741)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(11.348)	(255)	(11.603)	(26.255)	(37.858)
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(35.502)	-	(35.502)	(65)	(35.567)
Diferidos	33.836	-	33.836	(563)	33.273
Prejuízo do líquido do período	<u>(13.014)</u>	<u>(255)</u>	<u>(13.269)</u>	<u>(26.883)</u>	<u>(40.152)</u>

**b) Balanços por segmento**

Ativos	31.03.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	756.355	1.699	758.054	14.982	773.036
Contas a receber	149.933	871	150.804	-	150.804
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas	680.677	13.932	694.609	(693.790)	819
Outros circulantes	77.370	27.799	105.169	50.884	156.053
Total circulante	<u>1.664.335</u>	<u>44.301</u>	<u>1.708.636</u>	<u>(627.924)</u>	<u>1.080.712</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	118.075	-	118.075	-	118.075
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	514.356	17.613	531.969	1.326	533.295
Outros não circulantes	354.579	2.434	357.013	(212.268)	144.745
Direito de uso (IFRS 16)	82.796	923	83.719	10.284	94.003
Imobilizado	27.939	18.715	46.654	7.762	54.416
Intangível	13.036.871	3.224	13.040.095	40.014	13.080.109
Diferido	509	-	509	(509)	-
Total não circulante	<u>14.135.125</u>	<u>42.909</u>	<u>14.178.034</u>	<u>(153.391)</u>	<u>14.024.643</u>
Total dos ativos	<u>15.799.460</u>	<u>87.210</u>	<u>15.886.670</u>	<u>(781.315)</u>	<u>15.105.355</u>

## Notas Explicativas

Passivos	31.03.2019				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
<b>CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	351.554	-	351.554	5.539	357.093
Debêntures	677.148	-	677.148	53.731	730.879
Fornecedores e cauções	203.852	5.170	209.022	4.065	213.087
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	26.987	2.788	29.775	1.619	31.394
Obrigações sociais e fiscais	127.109	7.435	134.544	49.220	183.764
Credores pela concessão	260.872	-	260.872	-	260.872
Dividendos Propostos	8.382	-	8.382	(8.382)	-
Sinistros recebidos	-	-	-	-	-
Provisão Manutenção/investimentos	313.071	-	313.071	(2.732)	310.339
Outros circulantes	1.562.336	1.334	1.563.670	(1.507.694)	55.976
Total circulante	<u>3.531.311</u>	<u>16.727</u>	<u>3.548.038</u>	<u>(1.404.634)</u>	<u>2.143.404</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	3.191.002	-	3.191.002	198.410	3.389.412
Debêntures	1.037.615	-	1.037.615	1.616.667	2.654.282
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	56.626	248	56.874	6.674	63.548
Credores pela concessão	-	-	-	-	-
Provisão manutenção/investimentos	224.668	-	224.668	106.056	330.724
Outros não circulantes	504.853	4.833	509.686	(403.630)	106.056
Total não circulante	5.014.764	5.081	5.019.845	1.524.177	6.544.022
Patrimônio líquido	<u>7.253.385</u>	<u>65.402</u>	<u>7.318.787</u>	<u>(900.858)</u>	<u>6.417.929</u>
Total dos passivos	<u>15.799.460</u>	<u>87.210</u>	<u>15.886.670</u>	<u>(781.315)</u>	<u>15.105.355</u>

### 30. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.267	28.953	24.610	28.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	113.304	113.066	175.579	140.023	713.443
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680	92.764	177.750	188.382	136.995

(\*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$75.000.

## Notas Explicativas

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de março de 2019, o valor dessas garantias é de R\$155.574 (R\$155.574 em 31 de dezembro de 2018) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

A Vianorte contratou apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R\$100.000 referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Autovias

Em 22 de abril de 2019 foi assinado Termo Aditivo Modificativo nº 22/19 que oficializa a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão na forma de prorrogação de prazo, por 68 dias, contados à partir de 24/04/2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 30 de junho de 2019.

#### Centrovias

Em 01 de abril de 2019 a Sociedade aprovou a distribuição de R\$ 4.566 sobre a forma de juros sobre capital próprio e o montante de R\$58.950 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, os quais deverão ser distribuídos até 31 de dezembro de 2019.

#### Intervias

Em 01 de abril de 2019 a Sociedade aprovou a distribuição de R\$6.333 sobre forma de juros sobre capital próprio e o montante de R\$ 41.119 em forma de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, os quais deverão ser distribuídos até 31 de dezembro de 2019.

#### Vianorte

Em 22 de abril de 2019, a Sociedade recebeu R\$ 2 milhões como parte da amortização parcial do saldo de juros, do contrato de Mútuo firmado entre Vianorte e Arteris, na data 02 de maio de 2013.

#### Régis Bittencourt

No dia 05 de abril de 2019 a Sociedade efetuou o pagamento total da 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures, celebrados com a Arteris S.A. para execução do plano de investimento da Sociedade, totalizando R\$166.775.

#### Litoral Sul

Em 10 maio de 2019, a Sociedade recebeu recurso oriundo da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$5.000, respaldado pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

A seguir relação de integralizações de capital social ocorridas após o período findo em 31 de março de 2019:

**Notas Explicativas**

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Valor integralizado</u>
22.04.2019	AGE	Planalto Sul	8.500
05.04.2019	AGE	Fluminense	9.500
22.04.2049	AGE	Fluminense	9.500
06.05.2019	AGE	Fluminense	9.000
22.04.2049	AGE	Fernão Dias	1.000
05.04.2019	AGE	Litoral Sul	7.500
22.04.2019	AGE	Litoral Sul	5.000
06.05.2019	AGE	Litoral Sul	12.000
			<u>62.000</u>

A seguir relação de aumentos de capital social ocorridas após o período findo em 31 de março de 2019:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma de integralização</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
21.01.2019	AGE	Dinheiro	Planalto Sul	120.754.717	64.000	14.500
06.05.2019	AGE	Dinheiro	Fluminense	33.076.923	43.000	4.500
01.04.2019	AGE	Dinheiro	Fernão Dias	150.000	84.000	-
					<u>191.000</u>	<u>19.000</u>



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Arteris S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e dessas informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Ênfases

Continuidade das operações das controladas Autovias S.A., Centrovias Sistemas

Rodoviários S.A. e Vianorte S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias, que indica que as controladas Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade, respectivamente, até 30 de junho de 2019 e 05 de agosto de 2019. Esta situação indica que essas sociedades entrarão em um processo de dormência em função do referido assunto. As controladas Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. possuem pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. A controlada Vianorte S.A. teve o encerramento de suas atividades em 17 de maio de 2018. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

#### Diferença entre práticas contábeis nas informações financeiras intermediárias individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), aplicáveis às informações financeiras intermediárias consolidadas somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

## Outros assuntos

## Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada no dia 13 de maio de 2019, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2019.

São Paulo, 13 de maio de 2019.

Débora Nogueira Messias de Miranda

Conselheira

Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti

Conselheiro

Marcello Del Raso Alvarado Davis

Conselheiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2019.  
São Paulo, 13 de maio de 2019.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Linomar Barros Deroldo

Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativos ao período social em 31 de março de 2019.

São Paulo, 13 de maio de 2019.

Andre Dorf

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Eliana Rosa Parra Cachuf

Diretora de Organização e Pessoas

Marco Antonio Giusti

Diretor de Engenharia e Implantação

Linomar Barros Deroldo

Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Sergio Moniz Barreto

Diretor de Operações